

'Superávit não fica abaixo de 3,75%', diz Mantega

Segundo ministro, mecanismo anticíclico não implicará 'afrouxamento' fiscal por parte do governo

ANDRÉ PALHANO
e RITA TAVARES

O principal objetivo da proposta de adotar uma meta de superávit fiscal anticíclica a partir de 2005 será o de manter a tendência de redução para a relação dívida/PIB, independentemente das discussões que tomarão forma para sua adoção, afirmou ontem o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega, em teleconferência promovida pela Agência Estado em parceria com a Wittel.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que o governo envia hoje ao Congresso trará uma sinalização desse mecanismo para 2005 e 2006, informou o ministro, mas o modelo final ainda será discutido. Descartando a possibilidade de o mecanismo implicar um possível afrouxamento fiscal por parte do governo, Mantega enfatizou que os superávits a serem eventualmente definidos com a adoção do mecanismo anticíclico "nunca ficarão abaixo dos 3,75% do PIB". Ele confirmou que, na LDO, as metas iniciais de superávit fiscal até 2006 serão de 4,25% do PIB e as metas de crescimento econômico serão de 3,5% para 2004, 4% para 2005 e 4,5% para 2006.

"Os números mostram que é possível conciliar uma política fiscal de ajuste das contas com um crescimento mais acelerado do PIB", disse. Embora ainda como considerações iniciais, Mantega acredita que a aplicação do modelo anticíclico poderia ocorrer em um cenário de relação dívida/PIB da ordem de 50% ou 51%. Isso não significa que, ao alcançar este patamar, o processo será detonado automaticamente. "É uma referência; é um objetivo de governo reduzir a relação dívida/PIB para aquele nível, e esta será uma redução lenta, firme e gradual."

A retomada da credibilidade do governo – lastreada na consolidação da austeridade fiscal indicada nas metas de superávit – permi-

tirá melhor situação do caixa do governo a partir de 2004, disse o ministro, possibilitando aumentos nos gastos sociais e de infra-estrutura sem comprometer as metas fiscais. "Mesmo com os 4,25% da meta e com as reformas, já haverá uma folga maior no caixa do governo", enfatizou, lembrando que 2003 talvez seja o "piores ano do governo Lula" nesse ponto – o que atribui à situação herdada da administração anterior.

Segundo Mantega, os críticos dessa política fiscal ficarão "apaziguados" assim que ficar claro que tal política é o caminho mais curto para a retomada do crescimento sustentado no País. "Não se pode colocar a carroça na frente dos bois. Não dá para melhorar o nível de investimentos e de crédito sem antes retomar a confiança dos investidores e controlar a inflação", explicou. "Os resultados que os críticos cobram em termos de emprego e crescimento vão aparecer", completou, minimizando os

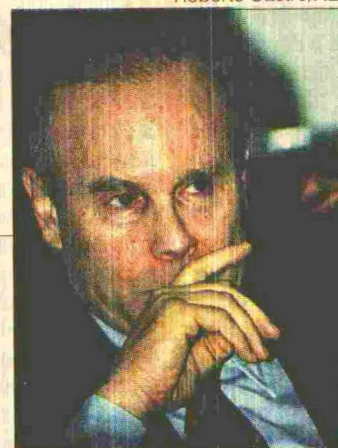
protestos dos chamados radicais do PT.

Mantega, esclareceu ainda que a LDO trará uma previsão de arrecadação fiscal de 23% do PIB para 2004, já refletindo ganhos de eficácia na arrecadação em virtude da reforma tributária. Reforma que, explicou, será neutra do ponto de vista do aumento nas tributações, mas que ganhará eficácia a partir da simplificação da estrutura tributária.

À noite, em Brasília, após reunião com líderes pe-

tistas no Congresso e com o líder do governo na Câmara, deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), Mantega disse que a taxa real de juros deve cair para 8,5% em 2004 e para 6% até o final do governo Lula, em 2006. As projeções fazem parte do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Apesar de sinalizar a redução dos juros reais, o ministro não quis falar em prazo para que o governo reduza a taxa básica (Selic) de juros neste ano. Alegou que, antes, é preciso que se consolide a queda da inflação. "Só poderemos reduzir a taxa de juros quando a inflação cair de forma consolidada; ela está caindo, mas tem de consolidar a queda." (Colabrou Sérgio Gobetti)



Os números mostram que é possível conciliar política fiscal de ajuste das contas com crescimento mais acelerado do PIB